



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

## Interpelação Escrita

Com o avanço gradual da construção da cidade inteligente, a internet já faz parte da vida da população, e as plataformas de compras online e o pagamento electrónico são cada vez mais comuns em Macau. As compras online em Macau são bastante populares e facilitam a vida aos residentes, mas, ao mesmo tempo, suscitam questões relacionadas com a legislação, a fiscalização e a segurança, nomeadamente a segurança dos produtos alimentares comprados online, que tem sido sempre tema de preocupação da sociedade. A sociedade em geral espera que o Governo crie leis para regulamentar a venda online desses produtos e reforce o controlo da respectiva qualidade, com vista a proteger os interesses, os direitos e a segurança dos consumidores.

Actualmente, existem em Macau cerca de 430 lojas online de produtos alimentares, das quais a maioria é física. A Lei n.º 5/2013 (Lei de segurança alimentar) é aplicável aos produtos alimentares comprados online, e em 2016, o Governo lançou o “Plano de registo para o sector alimentar”, no sentido de incentivar as lojas de *take away* e as lojas de compras online de produtos alimentares a registarem-se voluntariamente. Até à data, registaram-se mais de 330 lojas<sup>1</sup>, no entanto, com o aumento contínuo das compras online por parte dos residentes, prevê-se que o número dessas lojas continue a aumentar. Se não se exigir legalmente a todas essas lojas que se registem no Governo, continuará a haver lacunas na segurança alimentar e, por

---

<sup>1</sup> *Exmoo news*, 25 de Abril de 2020.



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

consequente, os consumidores não conseguem ser eficazmente protegidos. Em finais de 2018, o Governo afirmou que ia legislar sobre o registo obrigatório dos produtores que comercializam géneros alimentícios, incluindo as lojas de *take away* e as lojas de compras online que não estão sujeitas ao regime de licenciamento, porém, a legislação respectiva ainda se encontra em fase de elaboração.

Desde o surto da epidemia de COVID-19, as compras online por parte dos residentes de Macau têm aumentado. A compra de produtos de lojas online do exterior apresenta riscos ao nível da informação, do transporte e da responsabilização, porque a qualidade dos produtos é variável e, em alguns casos, até se desconhece a origem dos produtos, portanto, os riscos ao nível da higiene são indeterminados, e tudo isto dificulta a protecção dos direitos e interesses dos consumidores. E, durante a epidemia, os riscos são maiores, porque não se sabe se os alimentos, no processo de produção e durante o transporte, foram contaminados pelo vírus, por isso, o Governo deve reforçar a inspecção, com vista a assegurar a saúde e proteger os direitos e interesses dos residentes enquanto consumidores.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Qual é o ponto de situação da revisão da legislação sobre a segurança alimentar? Está estipulado que todas as lojas online de produtos alimentares devem ser registadas no Governo?
2. Como se reforça a comunicação com as lojas que vendem alimentos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

- online e as plataformas de compras online e se aumenta o grau das respectivas inspecção e fiscalização, a fim de garantir que os alimentos comprados online satisfazem as exigências de higiene e segurança?
3. As compras online de produtos alimentares do exterior constituem um certo risco para a segurança alimentar. Assim sendo, de que medidas dispõe o Governo para reforçar os trabalhos de educação e divulgação sobre a segurança alimentar, a fim de elevar a consciencialização dos residentes?

24 de Julho de 2020

**A Deputada à Assembleia Legislativa  
da Região Administrativa Especial de Macau,**

**Chan Hong**